

**EDITAL DE MANIFESTAÇÃO PARA PROPOSTAS ADICIONAIS - DISPENSA Nº
2026.07.07.001**

(Processo Administrativo nº 2026.07.07.001)

Torna-se público que o(a)s Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Defesa Civil por meio do(a) Agente de Contratação, realizará Dispensa de Licitação, com critério de julgamento Menor Preço Global, na hipótese do Art. 75, Inciso II da Lei 14.133 de 1º de Abril de 2021, e demais legislações aplicáveis.

1. PUBLICADO EM: 07/07/2026.

1.1. Limite para Apresentação da Proposta de Preços: As propostas serão recebidas pelo e-mail licitacao@camocim.ce.gov.br / licitacoescamocim@gmail.com ou entregues mediante protocolo ao setor de Licitações até às 08:00h do dia **10 de julho de 2026**, sito a Prefeitura Municipal de Camocim, no horário de 08:00 às 12:00 ou 14:00 às 17:00, em dias uteis.

1.2. O Edital/Termo de Referência da Dispensa estará disponível no Site Oficial do Órgão: <https://camocim.ce.gov.br/>.

2. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

2.1. Aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI) e de restrição de movimentos para aparelhamento operacional da Guarda Civil Municipal de Camocim (GCMC) instituição ligada à Secretaria de Segurança, Trânsito e Defesa Civil de Camocim-CE.

2.2 Compõem este Edital, além das condições específicas, os seguintes documentos:

2.2.1 – **ANEXO I** – TERMO DE REFERÊNCIA;

2.2.2 – **ANEXO II** – MINUTA DE CONTRATO;

2.2.3. – **ANEXO III** – PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS;

3. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA.

3.1. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

3.1.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

3.1.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.1.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

a - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

3.1.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

3.1.5. Sociedades cooperativas.

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do(a) Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Defesa Civil, na classificação abaixo:

- **Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Defesa Civil** = Exercício: 2026.
Projeto Atividade: 1301 23 695 2302 2.062 - Desenvolvimento e Expansão do Turismo no Município . Classificação Econômica: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo

5. DO VALOR ESTIMADO:

5.1. O valor global estimado para contratação, **conforme pesquisa de mercado e orçamento** será de R\$ 48.842,20 (Quarenta e oito mil, oitocentos e quarenta e dois reais e vinte centavos), devendo a contratação ficar abaixo disso para fins do limite previsto na Lei 14.133/21.

6. PERÍODO PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO/COTAÇÃO:

6.1. As propostas serão recebidas pelo e-mail licitacao@camocim.ce.gov.br / licitacoescamocim@gmail.com ou entregues mediante protocolo ao setor de Licitações até às **08:00h** do dia **10 de julho de 2026**, sito a Prefeitura Municipal de Camocim, no horário de 08:00 às 14:00 em dias uteis.

6.2. Habilitação Jurídica e Fiscal:

6.2.1. Conforme previsão no **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.**

6.3. Qualificação Técnica:

6.3.1. Conforme previsão no **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.**

Parágrafo Único: No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem deverão participar da execução do objeto e poderão ser substituídos, nos termos do 67, §6º, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

6.4. Qualificação Econômico - Financeira:

6.4.1. Conforme previsão no **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.**

§1º Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los,

em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

§2º Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.5. Proposta de Preço/Cotação:

6.5.1 A Proposta de preço deverá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo II deste Edital.

6.5.2 As propostas de preço que não estiverem em consonância com as exigências deste Edital serão desconsideradas julgando-se pela desclassificação.

6.5.3 Os preços ofertados não poderão exceder os valores unitários, constantes neste Edital. Devendo obedecer ao valor estipulado pela administração.

7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

7.1. Conforme previsão no **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.**

8. CONTRATAÇÃO

8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

8.2. O adjudicatário terá o prazo de **3 dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para **assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização)**, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

8.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

- 8.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- 8.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
- 8.4. O prazo de vigência da contratação é até **90 (NOVENTA) DIAS, a partir de assinatura**, prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.
- 8.5. Início da execução do objeto: Aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI) e de restrição de movimentos para aparelhamento operacional da Guarda Civil Municipal de Camocim (GCMC) instituição ligada à Secretaria de Segurança, Trânsito e Defesa Civil de Camocim-CE, da emissão da ordem de serviço;
- 8.6. Cronograma de realização dos serviços, conforme projeto do setor de engenharia.
- 8.7. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9. SANÇÕES

- 9.1. A recusa da ADJUDICATÁRIA em assinar o termo de contrato ou em retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas.
- 9.2. Em razão das condutas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, o(a) Secretaria contratada poderá, sem prejuízo/ responsabilidade civil e criminal

que couber, aplicar as seguintes **sanções**, previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:

- (a) **Advertência;**
- (b) **Multa;**
- (c) **Impedimento de licitar e contratar**, pelo prazo de até 3 (três) anos;
- (d) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**

9.3. A aplicação da sanção prevista na alínea “b” observará os seguintes parâmetros:

9.3.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução das obras e/ou serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

9.3.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução das obras e/ou serviços, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

9.3.3. 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

9.3.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

9.3.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia útil de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias úteis autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato.

9.3.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

9.3.7. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05

2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, a execução das obras e/ou serviços;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar as obras e/ou serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por obra e/ou serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades da obra e/ou serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no Contrato;	01

9.4. As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

9.5. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquela prevista nas alíneas “b”, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

9.6. As multas eventualmente aplicadas com base na alínea “b” do caput desta Cláusula não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

9.7. As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.

9.8. Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, o CONTRATANTE suspenderá, observado o contraditório e ampla defesa, os pagamentos devidos à CONTRATADA até a comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como até a recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

9.10. A aplicação das sanções previstas no item 21.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

9.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle,

de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

10.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

10.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

10.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

10.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

10.2. As providências dos subitens 8.2.1 e 8.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

10.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

10.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

10.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo

horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

10.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

10.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

10.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

10.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

10.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

10.12. Poderá o(a) Prefeitura Municipal de Camocim revogar o presente Edital da Dispensa de Licitação, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

10.13. O(A) Prefeitura Municipal de Camocim deverá anular o presente Edital da Dispensa de Licitação, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.

10.14. A anulação do procedimento de Dispensa de Licitação, não gera direito à indenização, ressalvada o disposto no parágrafo único do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21.

10.15. Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Prefeitura Municipal de Camocim.

Camocim/CE, 07 de julho de 2026.

Antônio Gerardo Filho
Secretaria Municipal de Segurança,
Trânsito e Defesa Civil

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

DISPENSA Nº 2026.07.07.001

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

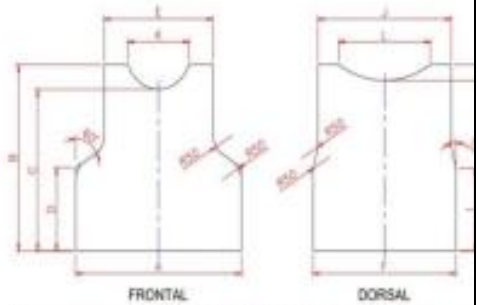
Processo Administrativo nº 2026.07.07.001.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI) e de restrição de movimentos para aparelhamento operacional da Guarda Civil Municipal de Camocim (GCMC) instituição ligada à Secretaria de Segurança, Trânsito e Defesa Civil de Camocim-CE.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	TOTAL	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
SECRETARIA DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E DEFESA CIVIL					
1	COLETES DE PROTEÇÃO BALÍSTICA NÍVEL IIA: Coletes com painéis que possuir nível de proteção balística IIA em conformidade com a norma NIJ STD 0101.04, homologados por Organismo Certificador Designado e devidamente registrado junto ao DFPC (Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados), de acordo com a base normativa brasileira. Que visa garantir a proteção do agente de segurança em toda sua área vital, acima da cintura e abaixo do pescoço (costas, tórax, abdômen e suas laterais). Com painéis balísticos confeccionados com camadas de tecido balístico em fibra de POLIETILENO DE ULTRA ALTO PESO MOLECULAR, ou composição mista de aramida e polietileno. Com o peso por unidade de área da solução balística dos painéis tem em média 4,8 kg/m ² ±5%. Com resistencia a teste de V50 (limite balístico), com resultado superior a 540 m/s (para munição 9mm FMJ RN), comprovado através da	Unidade	20	R\$1.505,00	R\$ 30.100,00

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	TOTAL	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
	<p>apresentação do RETEx (Relatório Técnico Experimental) e RAT (Resultado de Avaliação Técnico). Colete Com painéis de proteção balística que possuir na 1ª camada e a cada 05 (cinco) camadas subsequentes, numeração de série, bem como inscrição que identifique o órgão contratante, de forma legível com tamanho de fácil visualização. Colete de proteção balística com informativo e instruções de uso, armazenamento, conservação e limpeza dos painéis balísticos. Com embalagens que acondicionam os coletes (tipo caixa) possuir na parte externa etiquetas de identificação com as seguintes informações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nível de proteção balística com a respectiva norma; - Número de série e lote; - Tamanho e modelagem UNISSEX/MASCULINO OU PREFERENCIALMENTE FEMININO. <p>Coletes com normas de referência: Portaria nº 18-D Log, de 19 Dez 2006, que aprova as Normas Reguladoras da Avaliação Técnica, Fabricação, Aquisição, Importação e Destruição de Coletes de Proteção Balística. Portaria Nº 189-EME, de 18 de agosto de 2020 EB: 64535.029578/2020-44, que aprova as Normas Reguladoras dos Processos de Avaliação de Produtos Controlados pelo Exército (EB20-N004.003), 1ª Edição, 2020.</p>				

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	TOTAL	VALOR UNIT	VALOR TOTAL																																																																																																
	<p>Coletes com Proteção de armas dos calibres: 38SPL / 9MM / .40 S&W. 6 anos de garantia. Com as seguintes dimensões:</p>  <p style="text-align: center;">FRONTAL DORSAL</p> <table border="1" style="margin-left: auto; margin-right: auto;"> <caption>TABELA DE DIMENSÕES</caption> <thead> <tr> <th>TAMANHO</th> <th>A</th> <th>B</th> <th>C</th> <th>D</th> <th>E</th> <th>F</th> <th>G</th> <th>H</th> <th>I</th> <th>J</th> <th>K</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>P</td> <td>385</td> <td>380</td> <td>335</td> <td>188</td> <td>290</td> <td>335</td> <td>380</td> <td>345</td> <td>187</td> <td>315</td> <td>150</td> </tr> <tr> <td>M</td> <td>415</td> <td>410</td> <td>355</td> <td>183</td> <td>270</td> <td>355</td> <td>410</td> <td>375</td> <td>182</td> <td>335</td> <td>150</td> </tr> <tr> <td>G</td> <td>435</td> <td>420</td> <td>365</td> <td>188</td> <td>290</td> <td>380</td> <td>420</td> <td>385</td> <td>187</td> <td>355</td> <td>165</td> </tr> <tr> <td>GG</td> <td>465</td> <td>450</td> <td>385</td> <td>200</td> <td>320</td> <td>405</td> <td>450</td> <td>415</td> <td>200</td> <td>385</td> <td>180</td> </tr> <tr> <td>EXG</td> <td>495</td> <td>480</td> <td>425</td> <td>218</td> <td>350</td> <td>435</td> <td>480</td> <td>445</td> <td>217</td> <td>415</td> <td>170</td> </tr> </tbody> </table> <table border="1" style="margin-left: auto; margin-right: auto;"> <caption>ÁREA DOS PAINÉIS</caption> <thead> <tr> <th></th> <th>ÁREA FRONTAL</th> <th>ÁREA DORSAL</th> <th>ÁREA TOTAL</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>P</td> <td>0,1286</td> <td>0,1247</td> <td>0,2533</td> </tr> <tr> <td>M</td> <td>0,1402</td> <td>0,1380</td> <td>0,2782</td> </tr> <tr> <td>G</td> <td>0,1588</td> <td>0,1540</td> <td>0,3128</td> </tr> <tr> <td>GG</td> <td>0,1721</td> <td>0,1706</td> <td>0,3427</td> </tr> <tr> <td>EXG</td> <td>0,2004</td> <td>0,2008</td> <td>0,4012</td> </tr> </tbody> </table>	TAMANHO	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	P	385	380	335	188	290	335	380	345	187	315	150	M	415	410	355	183	270	355	410	375	182	335	150	G	435	420	365	188	290	380	420	385	187	355	165	GG	465	450	385	200	320	405	450	415	200	385	180	EXG	495	480	425	218	350	435	480	445	217	415	170		ÁREA FRONTAL	ÁREA DORSAL	ÁREA TOTAL	P	0,1286	0,1247	0,2533	M	0,1402	0,1380	0,2782	G	0,1588	0,1540	0,3128	GG	0,1721	0,1706	0,3427	EXG	0,2004	0,2008	0,4012				
TAMANHO	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K																																																																																										
P	385	380	335	188	290	335	380	345	187	315	150																																																																																										
M	415	410	355	183	270	355	410	375	182	335	150																																																																																										
G	435	420	365	188	290	380	420	385	187	355	165																																																																																										
GG	465	450	385	200	320	405	450	415	200	385	180																																																																																										
EXG	495	480	425	218	350	435	480	445	217	415	170																																																																																										
	ÁREA FRONTAL	ÁREA DORSAL	ÁREA TOTAL																																																																																																		
P	0,1286	0,1247	0,2533																																																																																																		
M	0,1402	0,1380	0,2782																																																																																																		
G	0,1588	0,1540	0,3128																																																																																																		
GG	0,1721	0,1706	0,3427																																																																																																		
EXG	0,2004	0,2008	0,4012																																																																																																		
2	<p>CAPA DE COLETE MODULA: Capa de colete modelo MODULA com fitas molle em todo o corpo que aguenta até 80quilos de carga modulada, com o sistema de soltura rápida ambidestral para a retirada do equipamento de forma agilizada pelo seu operador ou terceiros, com ombros acolchoados e interior revestido em espuma respirável mesh. Com regulagem de altura e largura com cinta abdominal elástica e alça de arrasto super reforçada, capaz de suporta uma carga de ate 250 quilos. Totalmente em conformidade com as normas da SENASP, compatível com placas balísticas rígidas e flexíveis dos</p>	Unidade	20	R\$ 681,67	R\$ 13.633,40																																																																																																

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	TOTAL	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
	níveis IIA e IIIA.				
3	ALGEMAS de Dobradiça	Unidade	20	R\$ 255,44	R\$ 5.108,80
Valor Total					R\$ 48.842,20

VALOR GLOBAL

R\$ 48.842,20 (quarenta e oito mil e oitocentos e quarenta e dois reais e vinte centavos)

1.2.O bem objeto desta contratação é caracterizado como comum.

1.3.O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4.O prazo de vigência do contrato será de até 90 (NOVENTA) DIAS, conforme a legislação vigente.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Guarda Civil Municipal de Camocim - GCMC, órgão vinculado à Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Defesa Civil, tem como missão constitucional a proteção dos bens, serviços e instalações do Município, nos termos do art. 144, §8º da CF/88 e da Lei Federal nº 13.022/2014 - Estatuto Geral das Guardas Municipais.

Atualmente a GCMC conta com efetivo de 45 (quarenta e cinco) servidores operacionais que executam diariamente atividades de patrulhamento preventivo, proteção de próprios públicos, apoio em eventos e ações integradas com Polícia Militar e demais forças de segurança no município de Camocim/CE.

Diante do efetivo da GCMC, que conta com 45 (quarenta e cinco) Guardas, mas somente serão adquirido 20 (vinte) coletes, 20 (vinte) capas e 20 (vinte) algemas. A quantidade de 20 unidades de cada item foi definida com base no número de servidores em atividade operacional simultânea por turno, conforme escala de serviço. A aquisição em número inferior ao efetivo total de 45 servidores se dá em razão do faturamento do aparelhamento da GCMC e da adequação ao princípio da economicidade e disponibilidade orçamentária do exercício de 2026, sem prejuízo da continuidade e segurança do serviço público.

Em levantamento realizado pelo Comando da GCMC, constatou-se déficit crítico de Equipamentos de Proteção Individual - EPI de natureza balística e de materiais de restrição de movimentos, expondo os agentes a elevado grau de risco.

Ausência de Proteção Balística Individual: O efetivo não dispõe de placas balísticas e capas de colete modulares, o que impossibilita resposta segura em ocorrências com emprego de arma de fogo, cada vez mais comuns na região.

Material de Contenção Obsoleto e Não Padronizado: As algemas em uso encontram-se com desgaste, sem sistema de duplo travamento e sem padronização, aumentando o risco de fuga de detidos e de lesão aos agentes durante a abordagem.

Descumprimento de Normas de Segurança do Trabalho: A não disponibilização de EPI adequado fere o art. 7º, XXII da CF/88 e a NR-06 do Ministério do Trabalho e Emprego, que impõe ao empregador o fornecimento gratuito de EPI adequado ao risco.

Justificativa da Necessidade

A contratação visa suprir a demanda identificada e garantir condições mínimas de segurança e dignidade ao trabalho dos guardas municipais, com os seguintes objetivos:

Preservação da Vida e Integridade Física: As placas balísticas Nível II e as capas modulares são indispensáveis para proteção do tronco dos agentes contra projéteis de armas curtas, ameaça mais prevalente nas ocorrências atendidas pela Guarda. A ausência deste equipamento impede a atuação em cenários de maior risco, limitando a capacidade operacional.

Eficiência Operacional e Padronização: A aquisição de algemas táticas de dobradiça, visa padronizar o material de restrição, garantindo maior segurança no transporte de detidos, menor tempo de aplicação e redução do risco de lesões. O modelo de dobradiça oferece mais rigidez e controle que o modelo de corrente.

Cumprimento do Dever Legal: O Município possui o dever legal de fornecer meios adequados para o exercício da função. A presente aquisição atende a esse dever e aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, art. 37 da CF/88.

Aumento da Capacidade de Resposta: Com os equipamentos, a GCMC amplia sua capacidade de atuar em eventos de grande público, proteção de escolas, prédios públicos e ações de apoio, elevando a sensação de segurança da população de Camocim.

A presente contratação está alinhada ao planejamento estratégico da Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Defesa Civil, que prevê a modernização e aparelhamento da Guarda Municipal como meta para o exercício de 2026, visando a redução da vulnerabilidade do efetivo.

Resultados Pretendidos

Com a aquisição dos equipamentos espera-se:

Reduzir em 100% a exposição do efetivo sem proteção balística em ocorrências de risco;

Padronizar 100% do material de contenção da GCMC;

Diminuir o absenteísmo por acidentes de trabalho;

Garantir o cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho.

Em suma, a contratação é imprescindível, oportuna e conveniente para a Administração, pois sem ela a Guarda Municipal de Camocim continuará operando em condições de risco, com prejuízo direto à segurança dos servidores e da sociedade.

A solução consiste na aquisição, por meio de processo licitatório, de conjuntos de EPI balístico e material de restrição, compostos por: Placa Balística Nível IIA, Capa de Colete Modular e Algema Tática de Dobradiça, para equipar integralmente o efetivo operacional da GCMC.

2.2. A contratação se fundamenta na necessidade de cumprimento da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e encontra amparo no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a contratação direta em razão do baixo valor da despesa, desde que observado o limite legal.

2.3. Para a definição do valor estimado da contratação, foi realizada pesquisa de preços, com o objetivo de garantir maior representatividade e fidedignidade dos valores obtidos, conforme determina o art. 23, §1º da Instrução Normativa nº 65/2021 da SEGES/ME e o art. 47, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

2.4. Para a definição do valor estimado da contratação, foram aplicados os seguintes parâmetros, conforme o disposto na IN SEGES/ME nº 65/2021:

- Artigo 5º, Inciso II: foram consideradas contratações similares realizadas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de até um ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive por meio de sistema de registro de preços, observando-se o índice de atualização correspondente;

- Artigo 5º, Inciso III: foram utilizados dados de pesquisas publicadas em mídia especializada, tabelas de referência formalmente aprovadas pelo Poder Executivo Federal e sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, devidamente atualizados e compreendidos no intervalo máximo de seis meses anteriores à data da pesquisa.

2.5. O parâmetro de preço refere-se a média dos valores obtidos, garantindo a vantajosidade da proposta para a Administração e a observância dos princípios da economicidade, eficiência e transparência, conforme disposto nos arts. 5º, 11 e 72 da referida Lei. Assim, a contratação direta é justificada e vantajosa para o interesse público, atendendo aos requisitos legais e administrativos vigentes.

2.6. Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra, as Dispensas de Licitações e a Inexigibilidade de Licitação. Trata-se de

certame realizado sob a obediência ao estabelecido no art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, onde se verifica ocasião em que é cabível a dispensa de licitação:

Art. 75 É dispensável a licitação:

(...)

II - Para contratação que envolva valores inferiores a **R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos)** no caso de outros serviços e compras (valor atualizado por conta do Decreto nº 12.807 de 29 de dezembro de 2025). (Grifamos).

2.7. No caso em comento, verifica-se que o objeto da futura contratação recai na Dispensa de Licitação com base jurídica no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, devido o valor ser inferior ao limite de dispensa, atualizado pelo Decreto nº 12.807 de 29 de dezembro de 2025).

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. Descrição Geral da Solução

A solução consiste na aquisição, mediante processo licitatório, de equipamentos de proteção individual balístico e de restrição de movimentos para equipar integralmente o efetivo operacional da Guarda Civil Municipal de Camocim - GCMC.

A contratação se dará por item, em lote único, visando a padronização dos equipamentos, compatibilidade entre os itens e ganho de escala. A solução escolhida foi a aquisição definitiva dos bens, por ser mais vantajosa que locação, considerando a natureza permanente do uso e a vida útil estimada dos materiais.

3.2. Ciclo de Vida do Objeto

Para garantir a economicidade e o melhor aproveitamento dos recursos públicos, foi considerado o ciclo de vida completo dos produtos:

3.2.1. Planejamento: Elaboração do DFD e TR. Pesquisa de mercado para estimativa de preços.

3.2.2. Seleção do Fornecedor: Processo licitatório para escolha da proposta mais vantajosa.

3.2.3. Fornecimento: Entrega dos materiais novos, lacrados, em até 15 dias. Conferência técnica e documental.

3.2.4. Recebimento e Uso: Recebimento provisório e definitivo. Distribuição ao efetivo. Treinamento de uso e conservação.

3.2.5. Manutenção: Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação. Assistência técnica para as algemas.

3.2.6. Descarte: Ao final da vida útil, 5 anos para placas e capas, 3 anos para algemas, o descarte deverá seguir a PNRS - Lei 12.305/2010, com logística reversa se aplicável.

Vida útil estimada:

- Placas e Capas: 05 anos.
- Algemas: 03 anos, conforme manual dos fabricantes e uso operacional.

3.3. Especificação Técnica dos Produtos

3.3.1. As especificações técnicas detalhadas encontram-se na tabela do presente Termo de Referência. Além dos detalhamentos especificados, os mesmos devem seguir conforme abaixo:

COLETES DE PROTEÇÃO BALÍSTICA NÍVEL IIA:

Coletes com painéis que possuir nível de proteção balística IIA em conformidade com a norma NIJ STD 0101.04, homologados por Organismo Certificador Designado e devidamente registrado junto ao DFPC (Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados), de acordo com a base normativa brasileira. Que visa garantir a proteção do agente de segurança em toda sua área vital, acima da cintura e abaixo do pescoço (costas, tórax, abdômen e suas laterais). Com painéis balísticos confeccionados com camadas de tecido balístico em fibra de POLIETILENO DE ULTRA ALTO PESO MOLECULAR, ou composição mista de aramida e polietileno. Com o peso por unidade de área da solução balística dos painéis tem em media $4,8 \text{ kg/m}^2 \pm 5\%$. Com resistencia a teste de V50 (limite balístico), com resultado superior a 540 m/s (para munição 9mm FMJ RN), comprovado através da apresentação do RETEx (Relatório Técnico Experimental) e RAT (Resultado de Avaliação Técnico).

Colete Com painéis de proteção balística que possuir na 1ª camada e a cada 05 (cinco) camadas subseqüentes, numeração de série, bem como inscrição que identifique o órgão contratante, de forma legível com tamanho de fácil visualização. Colete de proteção balística com informativo e instruções de uso, armazenamento, conservação e limpeza dos painéis balísticos. Com embalagens que acondicionam os coletes (tipo caixa) possuir na parte externa etiquetas de identificação com as seguintes informações:

- Nível de proteção balística com a respectiva norma;
- Número de série e lote;
- Tamanho e modelagem UNISSEX/MASCULINO OU PREFERENCIALMENTE FEMININO.

Coletes com normas de referência: Portaria nº 18-D Log, de 19 Dez 2006, que aprova as Normas Reguladoras da Avaliação Técnica, Fabricação, Aquisição, Importação e Destruição de Coletes de Proteção Balística. Portaria Nº 189-EME, de 18 de agosto de 2020 EB: 64535.029578/2020-44, que aprova as Normas Reguladoras dos Processos de Avaliação de Produtos Controlados pelo Exército (EB20-N004.003), 1ª Edição, 2020.

Coletes com Proteção de armas dos calibres: 38SPL / 9MM / .40 S&W. 6 noa de garatia.

CAPA DE COLETE MODULA:

Capa de colete modelo MODULA em cordura de dupla camada, com fitas molle em todo o corpo que aqueuta até 80quilos de carga modulada, com o sistema de soltura rápida ambidestral para a retirada do equipamento de forma agilizada pelo seu operador ou terceiros, com ombros acolchoados e interior revestido em espuma respirável massh. Com regulagem de altura e largura com cinta abdminal elástica e alça de arrasto super refoçada, capaz de suporta uma carga de ate 250 quilos. Toda em conformidade com as norma do SENASP, para ccolhimento de placas balísticas rígidas e flexiveis sendo nos modelos de IIA e IIIA.

ALGEMA:

- Tipo: Algema de pulso com ligação central em elos de corrente.
- Material: Fabricada em aço inoxidável austenítico (ex: classes 300, 304, 316) ou aço.
- Acabamento: Superfície com tratamento antirreflexo (fosco) ou niquelado na cor prata, preta ou cáqui.
- Mecanismo de Fechamento: Sistema dentado por catracas com trava de segurança dupla (acionada pela parte traseira da chave) para evitar o travamento excessivo e lesões nos punhos.
- Acessórios: Acompanha pelo menos duas chaves de aço carbono no mesmo material/cor da algema.

3.4. Justificativa da Padronização

Os produtos deverão, sempre que possível, ser acondicionados em embalagens recicláveis. Ao final da vida útil, os materiais metálicos das algemas deverão ser destinados para reciclagem, atendendo à Política Nacional de Resíduos Sólidos.

3.5. Critérios de Sustentabilidade

Os produtos deverão, sempre que possível, ser acondicionados em embalagens recicláveis. Ao final da vida útil, os materiais metálicos das algemas deverão ser destinados para reciclagem, atendendo à Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A solução adotada atende aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público, proporcionando à Secretaria melhores condições para a execução de suas atividades institucionais, ampliando a qualidade da estrutura disponibilizada ao público e fortalecendo as ações de promoção turística e desenvolvimento econômico do município.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação deverá observar os requisitos mínimos necessários para garantir que os produtos adquiridos atendam adequadamente às necessidades da Secretaria de Segurança, Trânsito e Defesa de Camocim-CE, assegurando

qualidade, durabilidade, funcionalidade e eficiência na utilização dos equipamentos.

4.1 Requisitos Gerais

4.1.1 A contratada deverá fornecer produtos novos, sem uso anterior, em perfeitas condições de funcionamento e conservação.

4.1.2. Os materiais deverão atender aos padrões de qualidade e segurança exigidos pela legislação vigente e pelas normas técnicas aplicáveis.

4.1.3. Os produtos deverão possuir características que garantam resistência, durabilidade e adequação às atividades desenvolvidas pela Secretaria.

4.1.4. A entrega deverá ocorrer em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta apresentada pela contratada.

4.1.5. Os produtos deverão ser entregues devidamente acondicionados, protegidos contra danos decorrentes do transporte e manuseio.

4.1.6. A contratada será responsável pela substituição dos produtos que apresentarem defeitos de fabricação, avarias ou desconformidade com as especificações exigidas.

4.2 Requisitos de Sustentabilidade

4.2.1. Priorizar embalagens que causem menor impacto ambiental.

4.2.2. A contratada deverá se responsabilizar pela logística reversa dos materiais ao final da vida útil, quando aplicável.

4.2.3. Os produtos deverão apresentar vida útil compatível com a finalidade de uso, reduzindo a necessidade de substituições frequentes e contribuindo para a utilização eficiente dos recursos públicos.

4.3. Condições de Recebimento

4.3.1. Recebimento Provisório: Em até 5 dias úteis para conferência quantitativa.

4.3.2. Recebimento Definitivo: Em até 10 dias úteis após testes de conformidade técnica e documental.

4.3.3. Rejeição: Produtos em desacordo serão rejeitados e a contratada terá 10 dias para substituir, sem ônus.

4.4. Requisitos da Contratada

4.4.1. Comprovar regularidade fiscal, trabalhista e jurídica, conforme legislação vigente.

4.4.2. Possuir capacidade técnica e operacional para o fornecimento dos produtos contratados.

4.4.3. Garantir a entrega dos itens dentro dos prazos estabelecidos pela Administração.

4.4.4. Responsabilizar-se por todos os custos relacionados ao transporte, carga, descarga e entrega dos produtos no local indicado pela contratante.

4.4.5. Prestar garantia contra defeitos de fabricação pelo prazo mínimo previsto na legislação aplicável ou outro prazo superior ofertado pelo fabricante.

O atendimento a esses requisitos é indispensável para assegurar que a solução contratada satisfaça plenamente as necessidades da Administração Pública, proporcionando eficiência, economicidade e qualidade na execução das ações institucionais da Secretaria de Segurança, Trânsito e Defesa Civil de Camocim-CE.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto consistirá na Aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI) e de restrição de movimentos para aparelhamento operacional da Guarda Civil Municipal de Camocim (GCMC) instituição ligada à Secretaria de Segurança, Trânsito e Defesa Civil de Camocim-CE. conforme especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência, visando atender às necessidades da Secretaria Segurança, Trânsito e Defesa Civil de Camocim-CE.

5.1 Forma de Fornecimento

O fornecimento será realizado em **parcela única**, mediante emissão de Ordem de Compra pela Administração, observando as quantidades e especificações definidas no processo de contratação.

5.2 Prazo de Entrega

Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de até **15 (QUINZE) dias corridos**, contados a partir do recebimento da Ordem de Compra pela contratada.

Em caso de impossibilidade de cumprimento do prazo, a contratada deverá comunicar formalmente à Administração, apresentando justificativa fundamentada para análise e deliberação da contratante.

5.3 Local de Entrega

Os produtos deverão ser entregues no endereço indicado pela Secretaria de Segurança, Trânsito e Defesa Civil de Camocim-CE, em dias úteis e dentro do horário de expediente da Administração, sem quaisquer ônus adicionais para o Município.

5.4 Condições de Entrega

Os produtos deverão ser entregues novos, sem uso, em perfeitas condições de funcionamento e conservação.

Todos os custos relacionados ao transporte, carga, descarga, seguro, tributos e demais despesas necessárias ao fornecimento correrão por conta da contratada.

Os itens deverão estar devidamente acondicionados em embalagens apropriadas, de forma a evitar danos durante o transporte.

A contratada deverá fornecer, quando aplicável, manuais, certificados de garantia e demais documentos necessários à correta utilização dos equipamentos.

5.5 Recebimento do Objeto

O recebimento ocorrerá em duas etapas:

a) Recebimento Provisório

Realizado no ato da entrega, para conferência quantitativa dos itens e verificação das condições aparentes dos produtos.

b) Recebimento Definitivo

Realizado após a conferência detalhada das especificações, qualidade e conformidade dos produtos com as exigências do Termo de Referência, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório.

5.6 Obrigações da Contratada

Fornecer os produtos em conformidade com as especificações contratadas.

Garantir a qualidade, segurança e durabilidade dos itens fornecidos.

Substituir, sem ônus para a Administração, qualquer produto que apresente defeitos, avarias ou desconformidades identificadas durante o período de recebimento ou garantia.

Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes da execução do contrato.

5.7 Garantia

Cada item observará o prazo mínimo de garantia estabelecido nas respectivas especificações técnicas, contada a partir da data do recebimento definitivo, sem prejuízo das garantias legais aplicáveis.

5.8 Fiscalização

A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado pela Administração, ao qual competirá verificar o cumprimento das obrigações contratuais, atestar o recebimento dos produtos e comunicar eventuais irregularidades para adoção das providências cabíveis.

O modelo de execução proposto assegura que o fornecimento dos equipamentos ocorra de forma eficiente, atendendo aos princípios da legalidade, economicidade, eficiência e interesse público, garantindo a adequada estruturação das ações promovidas pela Secretaria de Segurança, Trânsito e Defesa Civil de Camocim-CE.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.4. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.5. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.6. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.7. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.8. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.10.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.10.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.10.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.10.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.10.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

6.11. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.12. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.13. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

6.14. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento de

obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.15. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.16. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.17. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

7.4. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta. Caso o bem seja rejeitado, deverá ser substituído em um prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da sua rejeição.

7.6. O prazo para recebimento definitivo ocorrerá após 10 (dez) dias após o recebimento provisório, podendo ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine

à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.8. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º [da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.11.1. o prazo de validade;
- 7.11.2. a data da emissão;
- 7.11.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.11.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.11.5. o valor a pagar; e
- 7.11.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line*, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam

acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.17. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGP-M de correção monetária.

7.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.20.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.21. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.4. O fornecedor será selecionado por meio de **DISPENSA** na forma **ELETRÔNICA**.

8.5. O fornecimento do objeto será INTEGRAL.

HABILITAÇÃO JURÍDICA

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.12. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos

da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal e Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.23.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.23.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.23.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.23.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.24. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor estimado da contratação.

8.25. As empresas optante do Simples, Microempreendedor Individual - MEI, Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte –EPP ficam dispensadas da apresentação do Balanço Patrimonial. Justifica-se a dispensa do Balanço Patrimonial e Demonstrações contábeis, pelo motivo da simplificação prevista na legislação específica que rege esse regime diferenciado de tributação e cumprimento de obrigações acessórias, podendo assim, representar um entrave desproporcional à ampla participação, restringindo a competitividade e contrariando o princípio da isonomia. A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 69, orienta que as exigências de habilitação econômico-financeira devem ser justificadas, pertinentes e proporcionais ao vulto do contrato. Assim, em casos de contratações de baixo valor, como o presente, a imposição dessa obrigação poderia restringir a participação de Microempreendedores Individuais (MEI), Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), em desacordo com o princípio da isonomia e da competitividade.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.26. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.26.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.26.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.26.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.4. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 48.842,20 (quarenta e oito mil e oitocentos e quarenta e dois reais e vinte centavos)**, conforme custos unitários apontados nos Itens 01 deste termo de referência.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.4. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral do Município, por meio da seguinte dotação orçamentária: **Unidade Gestora da Secretaria de Segurança, Trânsito e Defesa Civil; Órgão/Programa: Secretaria; Rubrica Orçamentária nº 16.01.04.122.0402.2.071; Elemento de Despesa nº 33.90.30.00; Fonte de Recursos: 1500000 – Recursos Próprios.**

10.5. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

DISPENSA Nº 2026.07.07.001

Processo Administrativo nº 2026.07.07.001

CONTRATO Nº: _____

**TERMO DE CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI
O(A)..... E A**

.....

O Município de CAMOCIM, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à _____, CAMOCIM, Estado do Ceará, inscrito no CNPJ/MF sob o nº _____, através da SECRETARIA DE _____, representada por seu Ordenador de Despesas o Sr. _____, infra-firmado, doravante denominado de CONTRATANTE e, do outro lado, a empresa, _____ com endereço à _____ em _____, Estado do _____, inscrito no CNPJ sob o nº _____, representada por _____, portador(a) do CPF nº _____, ao fim assinado(a), doravante denominada de CONTRATADA, de acordo com o Edital de Dispensa nº _____, Processo nº _____, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é Aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI) e de restrição de movimentos para aparelhamento operacional da Guarda Civil Municipal de Camocim (GCMC) instituição ligada à Secretaria de Segurança, Trânsito e Defesa Civil de Camocim-CE.

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UN	QTD.	MARCA /MODELO	VL. UNIT	VL. TOTAL

...

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

2.1. O prazo de vigência da contratação é de _____ contados do(a) da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1. O valor global da contratação é de R\$ 0,00 _____ (_____).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLAUSULA SEXTA - FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

CLAUSULA SÉTIMA - PRAZO DE PAGAMENTO

7.1. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

Parágrafo Único. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-E de correção monetária.

CLAUSULA OITAVA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. Além das condições previstas no Termo de Referência, o contrato seguirá as seguintes.

8.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.2.1. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.2.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.2.3. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.2.4. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

8.2.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.2.5.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.2.6. O contratado regularmente optante pelo **Simples Nacional**, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA NONA - REAJUSTE (art. 92, V)

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

9.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA-E, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

9.2.1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.2.2. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.2.3. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.2.4. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.2.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

10.1. São obrigações do Contratante:

10.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

10.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

10.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

10.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

10.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

10.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

10.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

11.3. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.3.1. manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

11.3.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

11.3.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

11.3.3. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

11.3.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.3.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.3.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

11.3.7. A empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida 10.3.Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.3.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes

das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

11.3.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

11.3.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

11.3.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.3.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

11.3.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.3.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

11.3.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.3.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

11.3.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

11.3.18. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

11.3.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.3.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

12.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

12.1.1. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

12.1.2. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

12.1.3. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

12.1.4. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

12.1.5. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.1.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.2.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.2.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.3.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da deste exercício, na dotação abaixo discriminada: _____.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO (art. 92, §1º)

18.1. É eleito o Foro da Justiça Estadual de Camocim para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Camocim/CE ____ de _____ de _____

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

ANEXO III – PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

DISPENSA Nº 2026.07.07.001

Processo Administrativo nº 2026.07.07.001

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL – COTAÇÃO

1 Dados da Empresa Fornecedora da Cotação

Nome Fantasia:			
Razão Social:			
CNPJ:		Telefone:	
E-mail:			
Endereço:			
Complemento:		Bairro:	
Cidade/UF:		CEP:	

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.	MARCA/MODELO	V.UNIT.	V.GLOBAL
01	...					

... CONFOME ENCARTE AO TERMO DE REFERÊNCIA

Validade desta cotação: 60 (sessenta) dias

Cidade-UF, dia de mês de 20--.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL
E CARIMBO DA EMPRESA